



PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## DESTAQUES DE 11 A 15 DE NOVEMBRO

### NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

#### ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

##### ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

Decreto da Assembleia 186/XII

Transpõe a Diretiva n.º 2011/77/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro, [relativa ao prazo de protecção do direito de autor e de certos direitos conexos, e altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos](#), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março

Decreto da Assembleia 187/XII

[Estabelece mecanismos de convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da segurança social](#), procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de Dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, e à alteração do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações

Decreto da Assembleia 188/XII

Procede à segunda alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro ([Orçamento do Estado para 2013](#)), à alteração do [Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho \(Estatuto dos Benefícios Fiscais\)](#), e à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro \(Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida\)](#)

#### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Portaria n.º 332-A/2013. D.R. n.º 218, 2.º Suplemento, Série I de 2013-11-11](#)

Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência

Regulamenta o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo de Docentes integrados na Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

## COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2013. D.R. n.º 221, Série I de 2013-11-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a participação na 12.ª reconstituição de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento

## DESPORTO

[Portaria n.º 333/2013. D.R. n.º 221, Série I de 2013-11-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Regulamento Geral de Utilização e Exploração das Instalações Desportivas do Centro Desportivo Nacional do Jamor

## DIREITO PÚBLICO

[Declaração de Rectificação n.º 50-A/2013. D.R. n.º 218, Suplemento, Série I de 2013-11-11](#)

Assembleia da República

Declaração de rectificação à [Lei n.º 75/2013](#), de 12 de Setembro, que «Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 176, de 12 de Setembro de 2013

## EXPROPRIAÇÕES

[Acórdão n.º 641/2013. D.R. n.º 218, Série II de 2013-11-11](#)

Tribunal Constitucional

Não declara a inconstitucionalidade da norma constante do n.º 12 do artigo 26.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, quando interpretada no sentido de ser indemnizável como solo apto para construção, terreno integrado na Reserva Agrícola Nacional com aptidão edificativa, segundo os elementos objectivos definidos no n.º 2 do artigo 25.º do mesmo Código

[Acórdão n.º 624/2013. D.R. n.º 219, Série II de 2013-11-12](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 26.º, n.º 12, do Código das Expropriações

## FINANCEIRO

[Portaria n.º 335/2013. D.R. n.º 222, Série I de 2013-11-15](#)

Ministério das Finanças

Oitava alteração à [Portaria n.º 95/94](#), de 9 de Fevereiro que fixa o capital social mínimo das instituições de crédito e das sociedades financeiras

## BANCO DE PORTUGAL

[Boletim Oficial nº 11/2013 - Novembro 2013](#)

[Estudo 12 da Central de Balanços - Estrutura e dinâmica das Sociedades Não Financeiras em Portugal 2006-2012](#)

[Boletim Mensal do BCE - Novembro de 2013 \(Editorial\)](#)

[Banco de Portugal promove acções no domínio das suas recentes atribuições enquanto autoridade de resolução](#)

## Instrução

[27/2013](#) - Fixa em 0,015% a taxa base para a determinação das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução no ano de 2014.

## CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[ESMA Divulga Relatório de Avaliação da Aplicação das Regras Contabilísticas pelas Instituições Financeiras Europeias em 2012](#)

[Relatório Trimestral de Intermediação Financeira - 3º Trimestre 2013](#)

[ESMA Clarifica Conceitos de Cooperação e Concertação entre Accionistas no Âmbito de Ofertas Públicas de Aquisição](#)

## ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Consulta Pública Conjunta](#)

Consulta Pública Conjunta sobre Referências Mecânicas a Notações de Risco contidas nas Orientações e Recomendações da Autoridades Europeias de Supervisão

Comentários até 5 de Dezembro

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 6/2013-R. D.R. n.º 218, Série II de 2013-11-11](#)

Instituto de Seguros de Portugal

Norma regulamentar n.º 6/2013-R: consolida o normativo emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal que tem por objecto regular os procedimentos operacionais de pagamento das taxas e contribuições devidas pelas empresas de seguros e pelas sociedades gestoras de fundos de pensões ou relativamente às quais estes operadores são responsáveis pela respectiva cobrança e entrega

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 7/2013-R. D.R. n.º 219, Série II de 2013-11-12](#)

Instituto de Seguros de Portugal

Norma Regulamentar 7/2013-R: Altera a regulamentação do registo central de contratos de seguros de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização

## FISCAL

[Resolução da Assembleia da República n.º 147/2013. D.R. n.º 220, Série I de 2013-11-13](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que promova uma alteração ao Código do Imposto sobre Veículos (ISV), no sentido da redução do imposto a sujeitos passivos com mais de três dependentes

[Resolução da Assembleia da República n.º 148/2013. D.R. n.º 220, Série I de 2013-11-13](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que promova uma alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (Código do IRS), no sentido do aumento das deduções fiscais para famílias com mais de três dependentes

Orçamento do Estado 2014

[Parecer da ASIP sobre a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014](#)

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 30155/2013 - 14/11 - Gab SDG do IVA - IVA - Portaria n.º 255/2013, de 12 de agosto - Novos modelos de anexos relativos aos campos 40 e 41 da Declaração Periódica do IVA.](#)

## PENAL

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 14/2013. D.R. n.º 219, Série I de 2013-11-12](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Da conjugação das normas do artigo 400.º, alíneas e) e f), e artigo 432.º, n.º 1, alínea c), ambos do CPP, na redacção da [Lei n.º 48/2007](#), de 29 de Agosto, não é admissível recurso para o Supremo Tribunal de Justiça de acórdão da Relação que, revogando a suspensão da execução da pena decidida em 1.ª instância, aplica ao arguido pena não superior a 5 anos de prisão

[Acórdão n.º 340/2013. D.R. n.º 218, Série II de 2013-11-11](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma resultante da interpretação do disposto nos artigos 61.º, n.º 1, alínea d), e 125.º do Código de Processo Penal, com o sentido de que os documentos obtidos por uma inspecção tributária, ao abrigo do dever de cooperação imposto nos artigos 9.º, n.º 1, 28.º, n.ºs 1 e 2, 29.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 de Dezembro, e nos artigos 31.º, n.º 2, e 59.º, n.º 4, da Lei Geral Tributária, podem posteriormente vir a ser usados como prova em processo criminal pela prática do crime de fraude fiscal movido contra o contribuinte

## PROCESSO CIVIL

[Acórdão n.º 620/2013. D.R. n.º 219, Série II de 2013-11-12](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma constante do artigo 721.º-A, n.º 1, alínea c), e n.º 2, alínea c), do Código de Processo Civil, interpretada no sentido de que no recurso de revista excepcional cabe ao recorrente juntar certidão do acórdão fundamento, com o requerimento de interposição de recurso, sob pena deste ser liminarmente rejeitado

## SAÚDE

[Portaria n.º 335-A/2013. D.R. n.º 222, 2.º Suplemento, Série I de 2013-11-15](#)

Ministério da Saúde

Primeira alteração à [Portaria n.º 4/2012](#), de 2 de Janeiro, que estabelece as regras de formação dos preços dos medicamentos, da sua alteração e da sua revisão anual, bem como os respectivos prazos

## TRABALHO E EMPREGO

Controlo de chamadas telefónicas, e-mail e internet

A CNPD aprovou a [Deliberação nº 1638/2013](#) sobre os princípios aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais decorrentes do controlo da utilização para fins privados das tecnologias de comunicação no contexto laboral. Aqui se estipulam as condições em que tais tratamentos de dados podem ser realizados e as obrigações que impendem sobre as entidades empregadoras. Deste modo procedeu à revisão da Deliberação de 29 de Outubro de 2002, sobre o tratamento de dados em centrais telefónicas, o controlo de e-mail e do acesso à internet.

## TMT

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 72-A/2013. D.R. n.º 222, Suplemento, Série I de 2013-11-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a minuta do acordo que rectifica o contrato de compra e venda da rede básica de telecomunicações e da rede de telex, celebrado entre o Estado Português e a PT Comunicações, S.A., em 27 de Dezembro de 2002

## RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 27/2013/A. D.R. n.º 219, Série I de 2013-11-12](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo Regional manter a maioria do capital social da Empresa de Electricidade dos Açores

# UNIÃO EUROPEIA

## JORNAL OFICIAL DA EU

### ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

#### Financeiro

Decisões do Banco Central Europeu, de 26 de Setembro de 2013, relativa a medidas adicionais respeitantes às operações de refinanciamento do Eurosistema e à elegibilidade dos activos de garantia ([BCE/2013/35](#) e [BCE/2013/36](#) )

## COMISSÃO EUROPEIA

### [Semestre Europeu de 2014: acelerar a retoma](#)

Prioridades do pacote de recomendações económicas e orçamentais para 2014, nomeadamente em matéria de luta contra o desemprego e de restabelecimento da concessão de crédito bancário à economia.

### [Auxílios estatais: Comissão adopta novas regras de apoio à indústria cinematográfica](#)

A Comissão Europeia adoptou critérios revistos para a apreciação dos regimes de apoio dos Estados-Membros a favor dos filmes e outras obras audiovisuais, no âmbito das regras da UE relativas aos auxílios estatais. A nova Comunicação sobre Cinema permite a concessão de auxílios para um leque mais amplo de actividades, reforça o poder discricionário dos Estados-Membros na definição de actividades culturais merecedoras de apoio, introduz a possibilidade de conceder mais apoio às produções transfronteiras e promover o património cinematográfico. A Comissão teve em conta as observações recebidas no âmbito de três consultas públicas aos Estados-Membros e das partes interessadas.

## CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

### [Aprovado o orçamento da UE para o exercício de 2014](#)

A 11 de Novembro, o Conselho e o Parlamento Europeu aprovaram de comum acordo o orçamento da UE para 2014 e um financiamento de 400,5 milhões de EUR para reparar os estragos causados por catástrofes naturais em quatro Estados-Membros.

## PARLAMENTO EUROPEU

### [Acordos de comércio livre: uma oportunidade para o crescimento económico?](#)

A UE encontra-se a negociar acordos de comércio livre com importantes atores económicos, como os Estados Unidos, o Japão e a Índia e um acordo de investimento com a China. Estas parcerias vão abrir novos mercados para as empresas europeias. Atingida pela crise, a UE procura revitalizar a economia e impulsionar o crescimento e o emprego através das trocas comerciais.

## PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Resolução que determina a criação da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD).

A Instituição Financeira de Desenvolvimento terá como objectivo apoiar a concretização das políticas públicas de promoção do crescimento e emprego, proporcionando o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, e contribuindo para a promoção da competitividade e da internacionalização das empresas portuguesas.

- Concessão de incentivos fiscais a oito projectos empresariais de investimento que, no seu conjunto, totalizam 151 milhões de euros.

- Alteração do regime dos complementos de pensão dos militares das Forças Armadas, à transferência da responsabilidade pelo pagamento destes complementos de pensão para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., e à fixação das regras de extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

- Regime sancionatório decorrente do Regulamento da União Europeia relativo aos direitos dos passageiros dos serviços de transporte marítimo e do transporte por vias navegáveis interiores.

- Alteração do diploma relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, transpondo os ajustamentos aprovados por uma directiva da União Europeia, na sequência dos progressos científico e técnico entretanto registados.

- Minuta do acordo que rectifica o contrato de compra e venda da rede básica de telecomunicações e da rede de telex, celebrado entre o Estado Português e a PT Comunicações, S.A.,

(...)

---

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

---



"Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano"  
*Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012*



"Sociedade de Advogados Ibérica do Ano"  
*The Lawyer European Awards, 2012*



"25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa"  
*Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011-2013*

